

#### **Elevador Cremalheira:**

##### **a) Projeto de montagem e treinamento da equipe**

A pergunta inicial referia-se ao projeto de montagem e ao treinamento da equipe. Conforme a **NR-18 (item 18.14.24.5)** e a **NBR 16083:2012**, os profissionais habilitados para elaborar projetos de montagem e ministrar treinamentos devem ser **engenheiros ou arquitetos**, registrados no **CREA** ou **CAU**, com formação ou experiência comprovada na área de montagem de estruturas e sistemas exigidos.

Contudo, em resposta, o órgão informou que esses serviços estão contemplados na composição **105103/SINAPI**, mas, ao abrirmos essa composição pelo OrçaFacio, constatamos que ela inclui apenas **montador eletromecânico** e **servente**.

**Pergunta:** De que forma o órgão procederá para remunerar a empresa pela execução do projeto de montagem e pelo treinamento da equipe para operação do elevador cremalheira?

#### **Quanto ao Elevador Cremalheira:**

Item a – A adoção de preços como os dispostos no Caderno SINAPI é a medida entendida como adequada para a adoção e aceitação de parâmetros e critérios que o órgão licitante, pertencente à Administração – no caso em tela, o SAMAE –, se apropria, consignando que aquela instituição elaboradora de tal critério (nesse caso do citado Caderno, de autoria da Caixa Econômica Federal) já se preocupou e se deteve em apurar todos os aspectos envoltos e intrínsecos a cada um dos serviços ali listados (inclusive suas particularidades).

Por óbvio, eventualmente a instituição elaboradora de um Caderno tão abrangente, rico e esclarecer como o SINAPI, tem como linha de atuação a simplificação de determinados insumos e serviços, quando estes são partes constituintes de outros vários, em determinados apontamentos de preços, dentro de um contexto de alta complexidade, como é o caso das atividades concernentes à construção civil. Ainda assim, mesmo que se aplique tal simplificação, não necessariamente se estará deixando de incluir neste rol de critérios facilitadores determinadas atividades inerentes ao preço pelo Caderno estipulado – e, por consequência, não se estará deixando de incluir remuneração adequada e satisfatória àquele serviço.

Para o caso em tela, ao analisar a descrição da Composição 105103 do Caderno SINAPI, verifica-se que a mesma traz “Ascensão e descida de Elevador de Cremalheira”. Logo, por mais que se possa considerar que para a operação de tal equipamento são necessários treinamentos específicos e demais circunstâncias intimamente inerentes a um aparelho de tal monta, é vital considerar, sob uma visão holística, que quando a instituição Caixa formulou esta precificação, considerou que mesmo tendo tal a integração de outras Composições (internas) como as representadas pelos códigos 88279 e 88316, esta, quando analisada de forma macro, prevê justamente o serviço conforme a descrição a que se propõe, com todas as suas implicações e pertinências.

Desta forma, e também noutras palavras, quando o SINAPI reza que para a consecução completa de uma ascensão e descida de um elevador cremalheira, é crível apregoar a esta tarefa uma composição como a analisada (Composição 105103), tal Caderno entende que ali estão compreendidas todas as atividades acessórias ao atingimento do objetivado.

Assim, respondendo, mantém-se a resposta emitida no parecer anterior pela Autarquia, e informa-se que o SAMAE entende que tal serviço, com todas as suas condicionantes impostas pelos diversos instrumentos normativos e regulatórios, já está remunerado através daquilo já abarcado pela planilha orçamentária.

Analogia perfeita pode ser estabelecida com inúmeros outros serviços previstos no Caderno SINAPI que, por sua natureza específica, também estão impactados por necessidades de realizações de treinamentos e atividades correlatas, para como seus atores, e, nem por isso, quando refletidos no citado Caderno, têm, internos a essas composições de preços, tais previsões explícitas de treinamentos e trabalhos afins. Poder-se-iam, por exemplo, citar aqui inúmeros serviços/composições SINAPIs inerentes a atividades reguladas/atingidas pelo arcabouço de Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

#### **b) Contrato de manutenção preventiva com empresa especializada**

A manutenção preventiva de elevadores de cremalheira, usados principalmente em canteiros de obras para transporte de pessoas e materiais, deve ser realizada por empresas especializadas. Essas empresas devem ser registradas no CREA e contar com profissionais habilitados, como **engenheiros mecânicos** ou de **segurança do trabalho**, para serviços técnicos especializados. Além disso, devem emitir relatórios e laudos técnicos, como o **Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC)**.

O órgão respondeu que esses serviços estão contemplados pela composição **105106/SINAPI**, mas ao abrirmos essa composição pelo OrçaFacio, constatamos que ela inclui apenas **montador eletromecânico** e **servente**.

**Pergunta:** De que forma o órgão procederá para remunerar a empresa pela execução da manutenção preventiva, considerando a especialização necessária?

Item b – Mantém-se o entendimento do parecer anterior expedido pela Autarquia, vide, quase que de forma integral, justificativa/resposta posta logo acima.

#### **c) Teste de freio**

Argumentamos que o teste de freio deve ser realizado a cada 90 dias, gerando custos adicionais à construtora. Contudo, o órgão respondeu que esses custos estão previstos na depreciação do equipamento e, portanto, já estão contemplados na planilha.

No entanto, gostaríamos de destacar que a **depreciação** é um conceito contábil que representa a perda de valor de um bem ao longo do tempo devido ao uso, desgaste ou obsolescência. Já os **custos operacionais** ou de **manutenção**, como a realização de testes periódicos de segurança, não estão relacionados à depreciação. Esses testes, como o de freio a cada 90 dias, são exigências normativas para garantir a segurança e o bom funcionamento do equipamento.

**Perguntas:** Como a empresa executante será remunerada pelos custos dos testes periódicos de freio, considerando que a depreciação do equipamento não cobre esses custos de manutenção específicos? Será ajustada a planilha para contemplar esse item?

Item c – Quando se respondeu citando-se o elemento “depreciação”, posto na Composição utilizada na planilha orçamentária, não se desejou, de início, ir ao encontro da fiel designação do termo; antes sim, tentou-se expor que o orçamentista, quando no

desempenho da planilha ora objeto de análise, lançou mão de um critério muitas vezes utilizado por qualquer engenheiro de custos (o qual, inclusive, é repetidamente adotado pelos formadores de cadernos de preços de serviços como o supramencionado SINAPI – a citar, por exemplo, quando se valem de conceitos como “coeficiente de representatividade”). Explica-se: adotou-se um parâmetro norteador para o apontamento do preço justo a ser despendido para aquele serviço, na futura obra. Em nenhum momento tentou-se apregoar que o conceito de depreciação poderia ser confundido de maneira inequívoca com manutenções periódicas em determinado equipamento.

Assim, valendo-se, em parte e no que cabe, da justificativa posta no primeiro item deste parecer agora apreciado, afirma-se/ratifica-se: quando se adota que um determinado equipamento sofrerá depreciação, e, em paralelo, remunera-se o contratado pelo seu uso em determinada obra, de fato, está-se intrinsecamente preconizando que tal equipamento estará trabalhando de forma vigilante a todas as condicionantes a ele impostas (inclusive, neste caso, a testes periódicos).

Deste modo, reafirma-se que a remuneração adequada a este fator já está compreendida nas Composições utilizadas na planilha orçamentária em apreço (em especial as Composições SAP-260 e SAP-259). Lembra-se novamente, é deveras significativa a previsão de remuneração para a Composição SAP-318 (pagamento por “depreciação”) dentro das Composições SAP-260 e SAP-259 (96,06% e 95,01%, respectivamente); logo, é crível imaginar que ali podem estar representados custos diversos não necessariamente explicitados nas composições-mães.

#### **d) Contratação e treinamento para operador**

Conforme a **NR-18 (item 18.14.24.6)**, os operadores de elevadores de cremalheira devem ser capacitados e treinados para o uso seguro do equipamento, com base no manual do fabricante. A resposta do órgão foi que esses serviços estão contemplados na composição **105103/SINAPI**, mas ao abrirmos essa composição pelo OrçaFacio, verificamos que ela inclui apenas **montador eletromecânico** e **servente**.

No entanto, o treinamento para operadores de elevadores de cremalheira deve ser ministrado por **profissionais especializados** que atendam às exigências da **NR-18** e de outras normas pertinentes. Esses profissionais devem ter conhecimento técnico profundo tanto do funcionamento do equipamento quanto das normas de segurança aplicáveis. Além disso, o curso deve ser ministrado por **instrutores certificados**, com formação técnica na área de **engenharia mecânica** e especialização em **segurança no trabalho**. Pergunta: Como o órgão pretende remunerar a empresa pela execução do treinamento especializado para operadores de elevadores de cremalheira, considerando que a composição atual não contempla esse serviço?

Item d – Mantém-se o entendimento do parecer anterior expedido pela Autarquia, vide, quase que de forma integral, justificativa/resposta posta no “Item a” do parecer aqui expedido.

**Em relação ao item 2 e seus subitens: Transporte, Movimentação de Terra e Demolições**  
Considerando que a Lei nº 14.133/2021 estabelece que o órgão público deve dispor de projetos executivos completos, contendo todos os detalhes técnicos necessários para a execução e quantificação integral dos serviços, incluindo a descrição de elementos como

planta e quantificação detalhada (por exemplo, projeto de terraplenagem com definição do volume de corte, planejamento do balanceamento, entre outros), e visto que entre os documentos apresentados no pleito consta apenas um levantamento topográfico, solicitamos esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

Perguntas:

1. Durante a execução, as diferenças de quantidades e/ou serviços não contemplados na planilha orçamentária serão objeto de aditamento contratual?
2. Em caso positivo, quais critérios serão utilizados para a definição dos valores adicionais?
3. Em relação aos elementos a serem demolidos, como telhas, estrutura metálica e tijolos maciços, o órgão determinará que sejam depositados em algum local específico?
4. Quanto aos cercamentos existentes, quais serão mantidos e quais estão previstos para demolição?

Ao contrário do que se afirma, a Lei Federal n.º 14.133/2021 não traz o termo “projetos executivos completos”. A premissa, portanto, não é integralmente válida. Tampouco, a referida Lei prega termos “todos os detalhes técnicos” ou “quantificação integral dos serviços”.

É fato que o processo licitatório em tela se dará pelo regime de empreitada por preço global (conforme suporta o texto do Parágrafo XXIX, do Artigo 6º, da supracitada Lei, assim como conforme prevê o Edital da licitação em epígrafe). Conforme o Acórdão 1978/2013 do Tribunal de Contas da União (Plenário), por exemplo, a empreitada por preço global tem como uma de suas premissas o não envolvimento, necessariamente, da medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária e “(...) deve ser adotada quando foi possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.” Entende-se aqui que de fato está se prevendo na planilha orçamentária, com boa margem de precisão, os quantitativos a serem executados. Por óbvio, como em qualquer serviço com este grau de complexidade e nível de acurácia desejado, podem existir erros e estes, com pujante esforço, estão tentando ser sanados ainda em fase licitatória (muito em virtude, diga-se, dos valiosos questionamentos e apontamentos como os vossos expedidos, tanto agora, como em data pregressa não muito distante). Seguindo na linha de apreciação do citado Acórdão, e, em paralelo, trazendo à realidade de um dos temas suscitados especificamente neste Item a ser esclarecido (Movimentação de Terra), tal documento doutrinário diz que é “Natural concluir que, não obstante os cuidados no projeto básico para adequadamente quantificar os volumes de terraplenagem, sempre haverá uma boa margem de indeterminação.”.

Trazendo à realidade do caso concreto da licitação em apreço, ratifica-se aquilo já posto no parecer anteriormente expedido pela Autarquia, qual seja: conforme o Item 8.2.1 do Edital do certame, Subitem IV, alínea “g)”, Subitens “6)” e “7)”, o Contratado terá firmado junto ao SAMAE, no momento de assunção de obrigação de execução da obra em tela, a “(...) ciência de que todos os serviços necessários à completa execução do empreendimento, ainda que omitidos ou subestimados na planilha orçamentária, deverão ser realizados, sem que tenha direito a alteração do valor contratado.” E que “os serviços que não constaram da planilha orçamentária foram incluídos como custos ou despesas indiretas na taxa de BDI apresentada.”

Assim, ao propor seu preço tomado como suficiente para a execução do objeto estabelecido neste certame, no ato de sua participação nessa licitação, o eventual futuro Contratado terá afiançado que o mesmo é plausível para a execução daquilo objetivado pela Autarquia, e que, conforme as citações acima, ainda que existam serviços omitidos ou subestimados na planilha orçamentária, estes deverão ser realizados sem a oferta de direito a alterações no valor contratado.

Ainda, conforme prega o Item 7.2.2 do citado Edital, “É de inteira responsabilidade da Contratada os levantamentos de quantitativos e as respectivas composições de custos, incluindo todos os serviços, mão de obra, insumos, maquinários, materiais e equipamentos necessários à completa execução das unidades que compõem o escopo contratual, os quais deverão fazer parte da composição do orçamento da proposta.”.

Neste sentido, considere-se ainda que como critério de medição estabelecido para esta futura obra, conforme também o Edital, está dito que (Item 7.2) “Para fins de medição, a obra obedecerá a um regime de empreitada global e pagamento pela conclusão de eventos segundo o eventograma de obras.”

Deste modo, respondendo especificamente aos questionamentos, entende-se que:

- Resposta à Pergunta 1: não; resguardadas apenas exceções de caráter extremamente fortuito, tais quais aquelas enquadráveis na alínea “d)”, do Inciso II, do Artigo 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021, por exemplo.
- Resposta à Pergunta 2: sob uma primeira análise, salvo melhor juízo, balizar-se-á, por exemplo, método em acordo com o previsto no Parágrafo 5º, do Artigo 56 da mencionada Lei Federal.
- Resposta à Pergunta 3: Sim, a ser definido na etapa de execução dos serviços, em conjunto com a Fiscalização.
- Resposta à Pergunta 4: conforme o item 2.2 da planilha orçamentária, não está prevista a inutilização de cercamentos existentes.

#### **Em relação à sondagem disponibilizada com os documentos do edital**

Mais especificamente sobre o **furo F11**, indicado na planta de locação e no perfil **SP11**, constatamos que a profundidade máxima atingida foi de **1,60 m**, indicando a presença de **solo impenetrável**. Essa limitação na profundidade sugere que a escavação na área poderá encontrar **obstáculos significativos**, como formações rochosas, que necessitam de técnicas específicas para remoção.

Ao compatibilizar o perfil de sondagem com a **planta de corte AA - Administrativo** (prancha A16), verificamos que, na região próxima ao **furo F11**, está previsto um corte com escavação até a profundidade de **2,15 m** (aproximadamente), o que reforça a **alta probabilidade de ocorrência de rocha** no local. Essa situação demanda procedimentos específicos, como **explosões controladas** ou **remoções mecanizadas**, que não foram contemplados nos itens da planilha orçamentária disponibilizada. Diante disso, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

#### **Perguntas:**

1. Caso seja confirmada a presença de rocha na área de escavação, as diferenças de quantidades e/ou serviços relativos a **explosões controladas** ou **remoções de rocha** serão objeto de **aditamento contratual**?
2. **Em caso positivo**, quais serão os **critérios utilizados** para definir os valores adicionais relacionados a esses serviços específicos?

### Sondagem conforme documentos do Edital

Resposta à Pergunta 1: Será analisada pela área técnica da Autarquia a pertinência de previsão de quantitativo para o serviço de escavação em rocha na planilha orçamentária. Concluindo-se pela sua necessidade, este específico item será contemplado nos vindouros documentos de errata e novas publicações da licitação em tela.

Resposta à Pergunta 2: Vide resposta anterior.

### Em relação aos itens que contemplam as estacas tipo Raiz:

Foi informado que a composição orçamentária utilizada foi baseada nos objetivos descritos no documento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), disponível em: [https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/CRITERIO\\_DE\\_MEDICAO\\_E\\_REMUNERACAO.pdf](https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/CRITERIO_DE_MEDICAO_E_REMUNERACAO.pdf), página 101, item 12.07.110

Entretanto, ao consultar o documento indicado, não foram identificadas: **a)** Informações que permitam comparar a proporcionalidade e os coeficientes de cada elemento da composição das estacas com o projeto; **b)** Dados de preços/atualizações utilizados; **c)** A concepção do fck da argamassa é subjetivo; **d)** Representatividade regional para a composição apresentada no banco de dados referenciados.

**Pergunta:** Solicitamos que o órgão indique o endereço eletrônico ou referência no banco de preços onde possamos acessar essas informações, de forma a garantir a análise precisa e a compatibilidade de preços com a região onde será executada a obra.

### Estacas tipo Raiz

Item a – A Composição adotada (12.07.110/CDHU) tem como unidade seu comprimento linear. Considerando a pertinência de utilização de uma base de preços com a reputação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, considerando a inexistência de previsão de tal serviço no Caderno SINAPI, e, por fim, considerando o previsto no Inciso II do Parágrafo 2º do Artigo 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021: “utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de **tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal (...)**”, entende-se que a utilização da Composição em mote é adequada ao objetivo que se propõe, nesta licitação. Assim, não se vislumbra pertinência no ato de tentar executar comparação de proporcionalidade e necessidade de verificação de coeficientes de cada elemento componente da Composição citada, em relação às estacas previstas para a obra da Autarquia.

Conclui-se dessa forma muito em função de, assim como já exposto neste parecer, ponderar-se que o engenheiro de custos se preocupou em buscar preço de referência formalmente reconhecido e, sob a ótica global do contexto da obra, ter lançado mão de serviço condizente com o objetivo proposto no projeto em análise.

Item b – Visto ter-se utilizado base oficial de preços, assim como estar-se adotando estratégia previamente reconhecida na lei máxima de licitações do Brasil (dada a citação anterior, referente ao Artigo 23 da Lei 14.133), a qual, inclusive, regula esse processo licitatório, novamente se entende que o solicitado não encontra guarida para com o objetivo integral do presente certame.

Item c – A Composição prevê “(...) fck superior ou igual a 20 Mpa (...); logo, o fck previsto no projeto em análise está abrangido pelo preconizado pela Composição de preço adotada. Logo, entende-se não haver subjetividade.

Item d – Considerando a impossibilidade de atendimento, no momento de confecção da planilha orçamentária, daquilo preconizado pelo Inciso I do Parágrafo 2º do Artigo 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e, em ato contínuo, ter-se enquadrado plenamente a escolha para a Composição adotada, a fim de remunerar o serviço previsto em projeto, no Inciso seguinte (II) dos supracitados Parágrafo e Artigo, não se visualiza pertinência no solicitado.

Resposta à Pergunta: Conforme as quatro respostas acima (Itens “a”, “b”, “c” e “d”), não se faz necessária a indicação solicitada.

#### **No que se refere ao fornecimento e à instalação da passarela:**

Conforme projetos disponibilizados pelo órgão e anexos ao presente documento, previstos na planilha orçamentária prévia da administração no item 3.4 – "Estrutura Metálica da Passarela", analisamos os projetos e identificamos os itens e serviços especificados nas pranchas, além dos subitens do item 3.4, conforme descrito a seguir:

1. Estrutura metálica para cobertura sobre passarela, medindo 2,46 metros de largura, composta por terças metálicas, confeccionadas com perfis metálicos de aço carbono. Inclusos acessórios para fixação, mão de obra para fixação, fundo e pintura com esmalte sintético RAL 9010.
2. Perfis de acabamentos tipo "C" em toda a extensão, confeccionados com chapa metálica de aço carbono. Inclusos acessórios para fixação, mão de obra para instalação, fundo e pintura de acabamento.
3. Calha para escoamento pluvial, confeccionada com chapa de aluzinc, pré-pintada, com espessura de 0,50 mm. Inclusos acessórios para fixação e mão de obra para instalação.
4. Algeroz confeccionado com chapa de aluzinc, pré-pintada, com espessura de 0,50 mm. Inclusos acessórios para fixação e mão de obra para instalação.
5. Telha metálica do tipo TP40 simples, pré-pintada na cor branca, com espessura de 0,50 mm. Inclusos acessórios para fixação e mão de obra para instalação.
6. Forro em ACM, com espessura de 3,00 mm, na cor RAL 9010. Inclusos acessórios para fixação e mão de obra para instalação.
7. Cama de forro para ACM, confeccionado com perfis metálicos de aço carbono. Inclusos acessórios para fixação, mão de obra para instalação, fundo e pintura de acabamento.
8. Projeto executivo para cobertura da passarela, composto por dimensionamento da estrutura, detalhamentos e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

**Pergunta:** Solicitamos que a administração informe por quais itens da planilha orçamentaria serão pagos a construtora os itens omissos relacionados acima para assegurar a cobertura financeira correspondente?

#### **Passarela**

Resposta à Pergunta: Na planilha orçamentária, para a execução do serviço citado, está prevista a utilização do preço referente à Composição 15.03.131, também da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. No documento disponível em [https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/CRITERIO\\_DE\\_MEDICAO\\_E\\_REMUNERACAO.pdf](https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/CRITERIO_DE_MEDICAO_E_REMUNERACAO.pdf), página 129,



Item “15.03.131”, há a especificação dos serviços e insumos componentes da Composição ora utilizada. Em paralelo, é válido lembrar que a forma de dimensionamento desta se dá em massa (“peso”), através da unidade de quilogramas. Seguindo a linha já exposta mais de uma vez neste parecer, entende a Autarquia que, não havendo previsão explícita no Caderno SINAPI para o serviço, e ainda, pautando-se pelo preconizado pela Lei Federal n.º 14.133/2021, o orçamentista utilizou acertadamente composição que reflete o serviço previsto em projeto, através de outra base de preços de renome.

Na especificação consultada no endereço eletrônico acima citado, é possível verificar que inserto à Composição 15.03.131, há a previsão de serviços, atividades e insumos como, “(...) no mínimo:”, os projetos de detalhamento e montagem com todas as informações necessárias à fabricação da estrutura (o qual, diga-se, a Contratada que executará a obra ao SAMAE não terá como encargo, uma vez que a passarela em apreço já possui projeto proposto, com detalhamentos, inclusive), perfis, chapas, chumbadores, soldas, e até parafusos, dentre inúmeros outros elementos, recolhimentos de Anotações de Responsabilidade Técnica, e demais itens correlatos.

Desta forma, considerando que a Composição da Companhia paulistana permeou a linha de trazer uma composição paramétrica, a ser medida em massa (unidade amplamente plausível de ser utilizada para as características peculiares do serviço em epígrafe), para uma estrutura que se assemelha à almejada no projeto do SAMAE e, principalmente, considerando que a unidade de medida em questão já traz a um plano bastante verossímil eventuais diferenças de estruturas metálicas propostas, assim como considerando aquilo já aqui defendido, de adoção de critérios largamente utilizados pelos engenheiros de custos (inclusive aqueles formuladores do Caderno SINAPI), entende-se que não há itens omissos na planilha orçamentária para o serviço proposto e este, por consequência, tem previsão de remuneração acertada no documento publicado junto ao Edital.

Nesta mão, ratifica-se que o orçamentista se preocupou em buscar preço de referência formalmente reconhecido e, sob a ótica global do contexto da obra, e, em particular, à unidade de medida aqui avaliada para o serviço, valeu-se de serviço condizente com o objetivo proposto no projeto em análise.

### **Perguntas Finais**

1 – Não. Vide o regime de empreitada por preço global, proposto.

2 – Resguardadas apenas exceções de caráter extremamente fortuito, tais quais aquelas enquadráveis na alínea “d)”, do Inciso II, do Artigo 124, da Lei Federal n.º 14.133/2021, por exemplo, não.

3 – Embora as duas respostas anteriores serem negativas, a se salvarem apenas exceções de caráter amplamente restrito, responde-se: sob uma primeira análise, salvo melhor juízo, balizar-se-á, por exemplo, método em acordo com o previsto no Parágrafo 5º, do Artigo 56 da mencionada Lei Federal.

Este relatório apresenta questionamentos e solicitações de esclarecimentos relacionados ao **Edital de Concorrência Eletrônica nº 90005/2024**, especialmente quanto a aspectos técnicos, estimativas de custos e critérios contratuais. O objetivo é garantir a clareza e a precisão necessárias para o cumprimento das disposições legais e normativas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, bem como assegurar o pleno entendimento sobre a execução dos serviços contratados.



A seguir, são destacados os questionamentos finais que se referem às possíveis diferenças de quantidades e serviços não previstos originalmente na planilha orçamentária, além dos critérios para aditivos contratuais.

**Perguntas Finais:**

1. Considerando a possibilidade de que, durante a execução da obra, sejam realizadas quantidades superiores às indicadas na planilha orçamentária estimada pela administração, será realizado aditivo contratual para essas diferenças?
2. Caso sejam executados serviços que não estão contemplados na planilha orçamentária estimada pela administração, será feito aditivo contratual para esses serviços?
3. Em caso de resposta positiva para as duas perguntas anteriores, quais critérios serão adotados para a precificação dos aditivos contratuais?

**Consideração final**

É válido trazer novamente que, conforme determina o Subitem “7)”, da alínea “g)”, do Subitem IV, do Item 8.2.1 do Edital desta licitação, para aqueles serviços que não constarem na planilha orçamentária, e cujos, o licitante enxergar como necessários para a consecução do objeto contratado com a Autarquia, é recomendável (e assim será pautada uma possível resposta à solicitação de aditivo contratual) a inclusão dos valores referentes aos mesmos nos custos ou despesas indiretas aplicados à taxa apregoada ao seu BDI, quando no momento da apresentação de sua proposta de preço ao certame.